

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.645.295 - RJ (2020/0001574-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA
AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO : JULIANA DA CUNHA FOCH-ARIGONY - RJ120585
AGRAVADO : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : FERNANDA SILVA DE PAULA - RJ167001

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim resumido:

TRIBUTÁRIO INFRAERO IMUNIDADE TRIBUTÁRIA
RECÍPROCA TAXA DE COLETA DE LIXO DOMICILIAR - TCLD
REJEITADA APELAÇÃO DA EMBARGANTE/INFRAERO
DESPROVIDA.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação dos arts. 11 e 489, II, § 1º, IV e V, do CPC, no que concerne à ausência de enfrentamento de argumentos relevantes deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Da atenta leitura do recurso de Apelação interposta pela INFRAERO, percebe-se que as principais argumentações, à reforma parcial da sentença, se pautaram na impossibilidade de cobrança de TCDL, em razão de já ter se demonstrado documentalmente nos autos, como tem sido feito em todas as demais execuções fiscais do Município, que o serviço sob o qual se pretende a referida cobrança, não é e nem pode ser colocado à disposição desta empresa pública, por ausência de fato gerador e por impossibilidade jurídica da cobrança da mesma, frente o que dispõem as normas da Resolução Conama nº 05/93 e da Lei Municipal do Rio de Janeiro nº 2.687/98.

Quanto à ausência de fato gerador para a cobrança de TCDL, a mesma se dá, por norma própria - Resolução Conama nº 05/93 - estabelece ser de responsabilidade da recorrente o gerenciamento de seus resíduos sólidos, desde a geração até a disposição final.

Se é da recorrente a responsabilidade e a obrigação pelo gerenciamento de seus resíduos sólidos, desde a geração até a disposição

final, mostra-se evidente que a Municipalidade não pode cobrar da embargante, a TCDL, pois não presta e sequer lhe coloca esse serviço, à disposição (fls. 288).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 489, II, § 1º, III, do CPC, no que concerne à nulidade do acórdão recorrido em razão da repetição de argumentação idêntica à utilizada em outras decisões, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Toda a fundamentação do Acórdão de Apelação pautou-se, unicamente, na constitucionalidade da taxa de coleta domiciliar de lixo (TCDL) e de que "a simples alegação trazida pela apelante de que não utiliza o serviço de coleta de lixo fornecido pelo Município do Rio de Janeiro, não retira a legitimidade da cobrança da TCDL, uma vez que a prestação do serviço municipal permanece à disposição do apelante, e atende o dispositivo constitucional contido no art. 145, inciso II" (fls.219/220).

Tal argumentação é idêntica à diversas outras utilizadas em casos idênticos, em que as partes deste processo, discutem a possibilidade de cobrança ou não, de TCDL, em face da Apelante, ora Embargante (fls. 291).

Quanto à terceira controvérsia, alega violação do art. 1.022 do CPC, no que concerne à nulidade do acórdão recorrido por negativa de prestação jurisdicional, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Como já explicitado, a recorrente opôs Embargos de Declaração com o fito de sanar as omissões já descritas acima e reproduzidas em todas as oportunidades processuais de manifestação da INFRAERO, além de pré-questionar, explicitamente, a violação ao artigo 4º, artigo 77 e alínea "b", inciso I, do artigo 79, todos do Código Tributário Municipal; artigo 11, artigo 489, parágrafo 1º, incisos I, III e IV, todos do Código de Processo Civil.

Ora, além de sanar as omissões apontadas, como determina o inciso II, do artigo 1.022, do CPC, deveriam os julgadores incluir no acórdão, os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, conforme determina, textualmente, a norma do artigo 1.025, do CPC.

Da simples leitura do Acórdão dos Embargos, percebe-se, nitidamente, que, mais uma vez, o julgador violou cristalinamente as normas do novo CPC, ao sequer fazer menção às normas invocadas como violadas, pela recorrente (fls. 292).

Quanto à quarta controvérsia, alega violação dos arts. 4º, 77 e 79, "b", I, do Código Tributário Nacional, no que concerne à impossibilidade de cobrança da Taxa de

Coleta Domiciliar de Lixo - TCDL, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Isso tudo nos permite afirmar com segurança que o Município não presta e nem põe à disposição qualquer serviço de recolhimento de lixo aeroportuário, pois não lhe é autorizado por lei municipal operar nenhuma das fases necessárias para tanto.

Por fim, importante destacar os fundamentos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0064729-84.2010.8.19.0000 onde o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com fulcro no artigo 3º, 8º e 61 da Lei Municipal nº 3.273/2001 sumulou que "... desde que comprovado que o respectivo gerador assumiu o encargo dos serviços de manuseio, coleta, transporte, valorização, tratamento e disposição final de lixo extraordinário, não tem incidência a TCDL. " (grifo nosso) - (fls. 299).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira e à segunda controvérsias, na espécie, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que as questões não foram examinadas pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Quanto à terceira controvérsia, impende ressaltar que, nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material. Nesse sentido, os seguintes arestos da Corte Especial: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP, relator Ministro Humberto Martins, Corte Especial, julgado em 7/3/2018, DJe de 23/3/2018 e EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1.491.187/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, julgado em 7/3/2018, DJe de 23/3/2018.

No caso em exame, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Cumpre repisar que a TCDL tem por fato gerador "a utilização efetiva ou potencial do serviço público, prestado ou posto à disposição, de coleta domiciliar de lixo ordinário, a qual reúne o conjunto das atividades

de recolhimento do lixo relativo ao imóvel, do transporte do lixo e de sua descarga" (art. 1º, caput, da Lei Municipal nº 2.687/1998).

De modo que, ainda, que se cuide de lixo extraordinário não se afasta a efetiva prestação de serviço pela COMLURB, pois, a despeito de eventual contratação de empresa credenciada, a ela (COMLURB) incumbirá a destinação final dos resíduos sólidos (por uma de suas Estações de Transferências - ETR's ou Aterro Sanitário).

Por fim, registre-se que o próprio art. 9º da Lei Municipal nº 2.687/1998 dispõe que é devido o pagamento da TCDL ainda que o contribuinte contrate prestação de serviços especiais para coleta de lixo extraordinário, confira-se:

[...]

Pretende a embargante, na realidade, que se decida novamente sobre questões já solucionadas, o que não se admite em sede de embargos declaratórios, como é cediço (fl. 278).

Assim, a alegada afronta ao artigo 1.022 do CPC não merece prosperar, porque o acórdão recorrido examinou devidamente a controvérsia dos autos, fundamentando suficientemente sua convicção, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional porque incorrentes quaisquer dos vícios previstos no referido dispositivo legal, não se prestando os declaratórios para o reexame da prestação jurisdicional ofertada satisfatoriamente pelo Tribunal *a quo*.

Confirmam-se, nesse sentido: REsp 1808357/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 17/9/2019, DJe de 20/9/2019 e EDcl no AgInt no AREsp 1422337/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 9/9/2019, DJe de 12/9/2019 e AgInt no REsp 1780519/RO, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 25/6/2019, DJe de 28/6/2019.

Quanto à quarta controvérsia, na espécie, não é cabível o recurso especial porque interposto contra acórdão com fundamento em legislação local, ainda que se alegue violação de dispositivos de lei federal. Aplicável, por analogia, o óbice previsto na Súmula n. 280 do STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário" (AgRg no AREsp 575.206/PE, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 15/12/2015).

Nesse sentido: "[...] o Tribunal de origem, ao rejeitar os segundos Embargos de Declaração, opostos pelo agravante, afastou tal nulidade, também com base na Lei estadual 2.752/05 e no Decreto municipal 4.512/05. Nesse contexto, rever o entendimento adotado na origem demandaria a análise de legislação local, o que é vedado

Superior Tribunal de Justiça

em Recurso Especial, nos termos da Súmula 280/STF” (AgInt no AREsp 1.220.503/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 6/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no REsp 1678327/MG, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no AREsp 1182429/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 14/5/2018; AgInt no AREsp 1127582/SE, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 5/12/2017; e AgInt no AREsp 816.883/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 5/10/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente